



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

FLAVIANE DE SOUSA LIMA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DO SERTÃO PIAUIENSE**

PICOS-PI

2015

FLAVIANE DE SOUSA LIMA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DO SERTÃO PIAUIENSE**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.
Orientadora: Prof^ª. Me. Laísa Maria de Resende Castro

PICOS-PI

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

L732p Lima, Flaviane de Sousa.

Percepção ambiental dos docentes do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos em uma escola pública do sertão piauiense/ Flaviane de Sousa Lima . – 2015.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (42f.)

Monografia(Licenciatura em Ciências Biológicas)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2015.

Orientador(A): Profa. Ma. Laisa Maria de Resende Castro.

1. Educação Ambiental. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Biologia-Ensio. I. Título.

CDD 372.357

FLAVIANE DE SOUSA LIMA

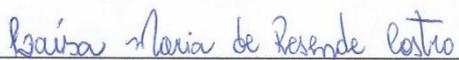
**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DO SERTÃO PIAUIENSE**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí-UFPI, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.^a. Me. Laísa Maria de Resende Castro

Aprovado em 30/06/2015

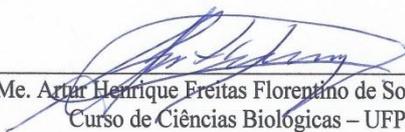
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Me. Laísa Maria de Resende Castro (Orientadora)
Curso de Ciências Biológicas – UFPI



Prof.^a. Me. Patricia da Cunha Gonzaga (Membro)
Curso de Ciências Biológicas – UFPI



Prof. Me. Artur Henrique Freitas Florentino de Souza (Membro)
Curso de Ciências Biológicas – UFPI

Dedico este trabalho a Deus, primeiramente por sempre me mostrar o melhor caminho, a minha família por sempre está presente compartilhando dos mesmos sonhos e enfim a todos os meus amigos por fazerem parte desse sonho.

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente pela força e sabedoria.

Aos meus amados pais, Cícero e Maria de Fátima, por sempre estarem ao meu lado, dando apoio e principalmente à minha mãe pelo amor, a compressão que apesar de todas as dificuldades a educação sempre foi prioridade.

A minha família pelo incentivo e em especial aos meus irmãos, Fernando e Karina, que também estiveram sempre ao meu lado.

Aos amigos de longa data que se fizeram presentes nesta jornada tão importante da minha vida.

Aos amigos que conquistei durante a universidade e aos colegas de curso, muito obrigada pela força e palavras de incentivo.

À todos os professores que contribuíram na minha formação acadêmica.

À minha orientadora Prof^o Me. Laísa Maria de Resende Castro pela paciência, disponibilidade e contribuição com seu conhecimento.

Aos professores membros da banca que aceitaram participar e colaborar com o trabalho.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

Muito obrigada!

RESUMO

A Educação Ambiental recebeu vários conceitos e abordagens, que incluem desde a ideia de que ela está estritamente ligada ao ensino das ciências ambientais à percepção de que é simplesmente uma nova educação com discurso progressista. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos docentes da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra sobre a Educação Ambiental e as estratégias didáticas utilizadas para abordar esse tema. Para isso, foi estruturada uma pesquisa quantitativo-qualitativa com a aplicação de questionário com todos os professores da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra. Ressalta-se que essa escola apresenta apenas Ensino Fundamental e EJA. De acordo com a presente pesquisa, a Educação Ambiental ainda é vista apenas como uma teoria, não sendo colocada em prática nas salas de aulas, nem incentivadas pelas escolas e não inclusas de maneira correta nos livros didáticos. Dificultando a abordagem transversal e interdisciplinar da temática ambiental nas modalidades de ensino. A prática educativa será decisiva para aprendizagem do educando e na sua formação como “sujeito ecológico” consciente em relação a suas atitudes, seja ele criança, adolescente, jovem ou adulto. Dessa forma, faz-se importante a escola incentivar atividades que promovam o conhecimento e discussão dos temas ambientais, não só para os alunos como também para os professores. Entendendo a Educação Ambiental como um campo em expansão e de suma importância para a qualidade de vida atual, é importante que todos os professores e a escola impulsionem as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade como parte de um processo coletivo.

Palavra-chave: Educação ambiental. Professor. Prática docente.

ABSTRACT

Environmental education has received several concepts and approaches, ranging from the idea that it is closely linked to the teaching of environmental science to the perception that it is simply a new education with progressive discourse. This work aims to analyze the perception of professor of the Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra on Environmental Education and the teaching strategies used to address these issues. It is noteworthy that this school has only primary education and adult education. According to this research, environmental education is still seen only as a theory, not being put into practice in the classroom, not encouraged by schools and not included correctly in textbooks. Making it difficult to cross and interdisciplinary approach to environmental issues in educational modalities. The educational practice will be decisive for learning, educating and training as conscious ecological subject in relation to his actions, be it child, adolescent, or young adult. Thus, the school makes important to encourage activities that promote knowledge and discussion of environmental issues, not only for students but also for teachers. Understanding the Environmental Education as a growing field and of great importance to the quality of life today, it is important that all teachers and school boost the transformations of an education that assumes a commitment to the formation of values of sustainability, as part of a collective process.

Keyword: environmental education, professor and docents practice.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVO	12
2.1 Objetivo geral:	12
2.2 Objetivos específicos:	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 Educação Ambiental no Mundo e no Brasil	13
3.2 Educação Ambiental Na Escola.....	16
3.2.1 Educação Ambiental No Ensino Fundamental	17
3.2.2 Educação Ambiental na Educação De Jovens e Adultos (EJA)	18
4 METODOLOGIA.....	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6 REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	40
APÊNDICE A- Questionário.....	40
ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	41
APÊNDICE B- Questionário.....	42

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) recebeu, ao longo dos anos, várias abordagens e conceitos, que incluem desde a ideia de que ela está estritamente ligada ao ensino das ciências ambientais à percepção de que é simplesmente uma nova educação com discurso progressista. Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, em 1977, foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (DIAS, 1993).

A Educação Ambiental assume diversos conceitos, dentre eles, destaca-se o da Lei nº 9.795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que diz: “Educação Ambiental são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Verifica-se que ao construir conhecimento em Educação Ambiental é onde se tem uma percepção coerente do que se passa no planeta, a informação é um instrumento modificador da consciência do homem e do seu grupo (BARRETO, 1994). Contudo, a Educação Ambiental tem que vir da base da aprendizagem formal do indivíduo como ou mesmo de uma educação não formal.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são uma importante contribuição para a inserção da educação ambiental nas escolas, a partir da implantação dos temas transversais. Porém, resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las. Os PCNs, lançados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre 1997 e 1999, são uma referência curricular nacional a ser discutida e traduzida em propostas regionais e municipais. Seu principal efeito é provocar uma reflexão acerca da função da escola, sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, dando destaque a temas sociais urgentes, os chamados temas transversais (GAUDIANO, LORENZETTI, 2009).

Em relação à abordagem dada à EA, verifica-se, com clareza, que há um grande distanciamento entre o que é discutido em veículos internacionais ou no meio acadêmico e aquilo que vem sendo realmente executado nas escolas. É preciso que este projeto seja expandido junto à sociedade, em especial aos professores da Educação

Básica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de veículos e linguagem acessíveis. Uma maior aproximação entre órgãos de pesquisa e escolas e, também, uma apresentação da educação ambiental de modo mais eficiente e condizente com o contexto escolar é essencial para mudanças neste quadro (BIZERRIL, 2001).

Atualmente, a preocupação com as questões ambientais está muito mais evidente e debatida no cenário mundial, necessitando de pessoas com o despertar de uma consciência ambiental e da necessidade de encontrar equilíbrio entre as ações humanas e a conservação do meio ambiente.

A importância do papel do professor em formar um sujeito crítico e reflexivo que possa agir de forma consciente no meio ambiente, forma o que Carvalho (2008) denominou de “Sujeito Ecológico”, seres capazes de refletir sobre os problemas da sua comunidade e de mostrar soluções para saná-los. Para isso, se faz necessário que o professor receba apoio das instituições competentes, bem como exista um interesse maior por parte do mesmo em aprender mais sobre educação ambiental, participando de programas de formação continuada, eventos relacionados à preocupação ambiental, dentre outros.

Sabe-se que a escola é responsável pela formação crítica e reflexiva do sujeito. Assim, faz-se necessário refletir sobre as atitudes perante o meio e o quanto esses sujeitos estão contribuindo para a conservação ou degradação dele, sendo os docentes, os principais intermediadores e facilitadores da informação entre escola e ambiente.

Deste modo, a relevância do trabalho é de identificar se os professores trabalham a educação ambiental na escola, além de entender como estes profissionais participam da formação do “sujeito ecológico” na Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo geral:

- Analisar a percepção dos docentes da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra sobre as temáticas da Educação Ambiental e as estratégias didáticas utilizadas para abordar esses temas.

2.2 Objetivos específicos:

- Verificar a concepção dos professores a cerca do que seja Educação Ambiental.
- Identificar as principais metodologias didáticas utilizadas pelos professores, quando estes trabalham a temática ambiental.
- Identificar as disciplinas que trabalham a Educação Ambiental na escola.
- Verificar se os livros didáticos utilizados pela escola abordam a temática ambiental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação Ambiental no Mundo e no Brasil

A Educação Ambiental apresenta-se, inicialmente, no mundo em 1863, nos Estados Unidos, por Marsh, tratava a respeito do uso desenfreado dos recursos naturais pelo homem. Ao longo do tempo, vários autores descreveram sobre a sua importância, contudo nessa época era vista essencialmente como ecologia aplicada (DIAS, 2003).

Nas décadas de 80 e 90, surgiram críticas a algumas características da Educação Ambiental adquiridas especialmente nos Estados Unidos, Europa, Canadá e Austrália, que eram o forte vínculo com a população infantil e com a educação formal e o enfoque demasiadamente centrado na conservação da natureza (GONZÁLEZ, 1999). Assim, particularmente na América Latina, foi impresso um enfoque mais voltado para a educação de adultos e a educação popular, associando a questão ambiental às problemáticas econômicas e padrões socioculturais específicos (VIEZZER; OVALLES, 1995)

Segundo Layrargues (2009), a investigação em Educação Ambiental na região da América Latina é um campo ainda pouco explorado. As poucas iniciativas provêm do México e do Brasil, onde há uma tentativa de promover institucionalmente a pesquisa educativa na área. Nos demais países, o esforço consiste na realização de projetos de pesquisa por poucos pesquisadores e algumas instituições isoladas, que, sob condições precárias, desenvolvem tais investigações, ainda que suas políticas não se encontrem orientadas nessa direção, salvo raras exceções.

Como diz Guimarães (2008, p.7),

No novo século a escola tomou para si a incumbência de preparar os futuros cidadãos baseados em princípios ambientais. Mas, infelizmente, a grande maioria das ações educativas coloca nossa espécie como único elemento a ser beneficiado. Tais atividades são em sua maioria, engessadas e possuidoras de uma visão ingênua de “salvamos o planeta de nós mesmos” ou propiciarmos um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

No caso do Brasil, o crescente número de pós-graduação em Educação Ambiental, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado, contribuiu notavelmente para impulsionar a pesquisa nesse campo. Pode-se dizer que nessa situação encontram-se também Colômbia, Venezuela e Cuba, mesmo que em número menor, porém, no Brasil, revelam-se condições mais favoráveis. Por exemplo, tanto no México (1999) quanto no Brasil (2001), realizam-se congressos nacionais de pesquisa em Educação Ambiental que contam com a participação de um grupo pensante com forte liderança na comunidade de educadores ambientais.

Desde 1984, a Educação Ambiental se tornou tema de dissertações, sendo a primeira tese de doutorado defendida em 1989 na Universidade de São Paulo (CARVALHO, 1989). A partir da segunda metade dos anos 90, concretizou-se a institucionalização da Educação Ambiental em diferentes departamentos de pós-graduação.

A Educação Ambiental tornou-se Lei em 27 de Abril de 1999, pela Lei n° 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que em seu Art. 2° afirma, “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.” É importante ressaltar que o Brasil é o único país da América Latina que possui uma política nacional específica para a Educação Ambiental (BRASIL,1999).

Em se tratando de projetos de Educação Ambiental nas escolas brasileiras, nota-se que alguns esforços pontuais têm obtido êxito. No entanto, vários autores que têm avaliado a questão descrevem que, de modo geral, a inserção da educação ambiental nas escolas ainda enfrenta muitas dificuldades (SANSOLO; MANZOCHI et al, 1995).

No caso do Brasil, o impulso gerado com a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental, assim como a criação do seu Órgão Gestor, permitiu dar melhor expressão ao componente educativo do crescente movimento ambientalista que despertou a partir do Rio-92. Outro fato que se deve destacar é que, a partir de 1997, o Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) define a temática ambiental, mais especificamente Meio Ambiente e Saúde como tema transversal em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2001). Parece evidente que esses fatores influenciaram o desenvolvimento da pesquisa na área.

Entendidas como campos de conhecimento e de ação dos agentes sociais, tanto a educação quanto a denominada “questão ambiental” são permeadas por um conjunto de categorias conceituais que, em função dos nexos estabelecidos entre elas e do sentido adotado para cada conceito, conformam tendências e perspectivas políticas e teóricas-metodológicas diferenciadas. Isso é igualmente verdadeiro quando pensamos na Educação Ambiental cujo pressuposto teórico norteador foi assumido e ratificado ao longo da década de 70, época de realização dos primeiros encontros de maior repercussão entre os interessados e envolvidos com sua consolidação no cenário nacional e internacional (DIAS, 1992; LOUREIRO, 2003).

No Brasil, o panorama do estado de conhecimento na área da Educação Ambiental pode ser delineado pela análise das produções existentes na área. Analisando o catálogo produzido por Megid e colaboradores (1998) sobre as pesquisas na área do Ensino de Ciências, é possível identificar que, no período de 1972 a 1995, de um total de 572 trabalhos, 36 versam sobre a Educação Ambiental. Os focos temáticos dessas pesquisas indicam determinadas tendências, como: Currículos e Programas, Conteúdo-Método, Formação de Professores, Recursos Didáticos, Características do Professor, Políticas Públicas, Organização da Instituição/Programa de Ensino Não-Escolar, Características do aluno, Organização da Escola, História do Ensino de Ciências, Filosofia Ciência e Formação de Conceitos. Fica evidente que essas pesquisas estão direcionadas principalmente à promoção da Educação Ambiental nas escolas e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Estudos voltados para a área de Educação Ambiental apontam para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam (JACOBI, 2003).

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais da sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levam e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação às pessoas. É por meio da atuação coletiva e individual, intervindo no funcionamento excludente e desigual das economias capitalistas, que os grupos sociais, hoje, vulneráveis podem ampliar a democracia e a cidadania (CARVALHO, 2004).

Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Segundo Kuhn (1969, p.10):

A Educação Ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política. As revoluções paradigmáticas, sejam científicas, sejam políticas, são episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma antigo é substituído por um novo, incompatível com o anterior. Já as revoluções políticas decorrem do

sentimento que se desenvolve em relação à necessidade de mudança. Tais revoluções não mudam apenas da ciência, mas do próprio mundo, na medida em que incidem na concepção que temos dele e de seu caminho.

Assim, os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, estimular uma visão global e crítica das questões ambientais e promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes, entendendo que a educação ambiental pode ser formal e não formal, e pode estar diluída em todos os saberes (SORRENTINO, 1998).

3.2 Educação Ambiental Na Escola

Entende-se que Educação Ambiental pode ser aplicada de diversas formas, mas com uma única finalidade, construir “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (DIAS, 2004).

Dentre todo esse processo de educação das pessoas houve a necessidade de direcionar a aplicação da Educação Ambiental, utilizando políticas públicas educativas ligadas à sensibilização da coletividade sobre a questão ambiental, abrangendo o público em geral, sendo classificada como Educação Ambiental não formal. Segundo o artigo 13 da Lei n. 9.795/99, “entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Outro foco da Educação Ambiental que busca a formação do sujeito de forma continuada, e que se insere dentro do todo e qualquer sistema escolar é a Educação Ambiental Formal, que segundo o artigo 9 da Lei 9.795/99,

Entende-se por educação ambiental na educação escolar as desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

A Educação Ambiental como tantas outras áreas do conhecimento pode assumir “uma parte ativa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas”. Trata-se de um aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno (DIAS, 2003).

A escola pode se transformar no espaço no qual o aluno poderá analisar a natureza dentro de um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de

uma realidade mais complexa e multifacetada. O mais desafiador é evitar cair na simplificação da Educação Ambiental e superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente através de práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social de cada aluno.

Cabe sempre enfatizar a historicidade da concepção de natureza o que possibilita a construção de uma visão mais abrangente (geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais) e que abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções (CARVALHO, 2001).

Os PCNs são uma importante contribuição para a inserção da educação ambiental nas escolas, a partir da implantação dos temas transversais. Porém, resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las (BIZERRIL, 2001).

3.2.1 Educação Ambiental No Ensino Fundamental

A educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996). Para cada nível de ensino se tem objetivos específicos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996, artigo 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III– o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV– o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Neste contexto, é fato que a escola se torna essencial para a Educação Ambiental, pois possibilita a realização de um trabalho sistematizado e planejado. Um dos diversos vieses da educação é sensibilizar acerca da realidade, demonstrando os perigos que podem ocorrer se a sociedade continuar trilhando os mesmos caminhos percorridos até hoje, assim deve ser traçado uma verdadeira ação pedagógica para o nosso tempo quando se trata de Educação Ambiental (JONAS, 2006).

A presença em todas as práticas educativas da reflexão sobre as relações dos seres vivos entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus

semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra. Dentro do contexto, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implantação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades em sala de aula e atividade de campo, com ações orientadas em projetos de participação que levem à autoconfiança, à atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementado de modo interdisciplinar (DIAS, 1992).

A interdisciplinaridade, segundo Carvalho (1998, p. 21), “é uma maneira de organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados”. Para isso, os professores devem ser capacitados para se tornarem “sujeitos ecológicos”, capazes de direcionar adequadamente o trabalho com a Educação Ambiental, e propor atividades e discussões que envolvam toda a comunidade escolar de forma agradável e interessante.

Corroborando com as afirmações acima, a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 26, que trata sobre os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, em seu parágrafo 7º, cita que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 2012).

3.2.2 Educação Ambiental na Educação De Jovens e Adultos (EJA)

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional a partir dos anos 40. Na Constituição de 1934 começa a tomar corpo com iniciativas concretas, daí surge à preocupação em oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola.

Enquanto, modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos está inserida nos mesmos preceitos dos níveis de ensino aos quais está associada: o ensino fundamental e o ensino médio. Apesar das diversidades existentes na educação brasileira, de uma forma geral, a educação de jovens e adultos pode ser oferecida em instituição pública ou privada. A oferta visa alfabetizar e escolarizar através de cursos que atendam as especificidades dos alunos jovens e adultos, estruturados em módulos, ciclos ou etapas, correspondentes, em média, há um ano para cada duas séries, uma vez que leva em conta a experiência e os conhecimentos prévios que os alunos possuem (OLIVEIRA, 1999).

A trajetória da EJA no Brasil é complexa, pode-se caracterizar o início oficial na década de 40, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário (e de certa forma supletivo) na Constituição de 1934. No entanto, apenas na década de 60 ocorreu uma

popularização da educação continuada de jovens e adultos, com o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) (BRASIL, 2002). Com o fim do período militar o MOBRAL foi extinto, e implantou a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), prevê:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

A EJA deve ser sempre uma educação multicultural, do conhecimento da realidade desses jovens e adultos do ambiente e da comunidade do educando decorre uma educação de qualidade, que promova a motivação necessária à aprendizagem, despertando interesses e entusiasmos, abrindo um maior campo para obter o conhecimento. A aplicação de novas técnicas de ensino e de metodologias adequadas é suficiente para a obtenção de um ensino aprendizagem que possibilite a esses jovens e adultos tão capazes a construção de um futuro melhor a sua valorização para o exercício da cidadania (GADOTTI, 1979).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade com etapa fundamental e média, e destinam-se a pessoas que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de escolarização regular, suas etapas são denominadas segmentos. Esta apresenta três segmentos, dois voltados para o ensino fundamental e um voltado para o ensino médio, guiada pelos PCNs, essa modalidade de educação, tanto quanto as demais modalidades, devem abordar a Educação Ambiental como um tema transversal.

Segundo Freire (1996), a Educação de Jovens e Adultos, se refere a uma educação que leva o educando a refletir e tornar-se um ser autônomo e crítico, que ao final do processo educativo, seja capaz de transformar sua realidade. E é nessa perspectiva, também, que a educação ambiental crítica constrói seus pilares (GUIMARÃES, 1995).

Para isso, faz-se necessário um trabalho persistente e continuado dos professores quando se trata de questões ambientais que envolvem mudança de posturas, valores e desenvolvimento de habilidades. Portanto, para lidar com as questões socioambientais os professores precisam adquirir conhecimentos acadêmicos (técnico, metodológicos,

político e filosófico) para articulá-los com os conhecimentos pedagógicos passando pela experimentação, pela investigação da própria atividade, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógicos e por uma reflexão crítica sobre sua utilização (LEME, 2006).

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra (Figura 1) que fica localizada, na serra azul, zona rural do município de Monsenhor Hipólito que fica aproximadamente à 400 km de capital, Teresina. Localiza-se a uma latitude 06°59'47" sul e a uma longitude 41°01'47" oeste, estando a uma altitude de 257 metros. Conforme dados do IBGE (2010), o município apresenta uma área de unidade territorial de 401,33 km² sua população estimada em 7.391 habitantes.

Figura 1: Entrada da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra, escola do município de Monsenhor Hipólito-PI.



Fonte: comunicação pessoal

A unidade escolar pertence à esfera pública municipal, tendo uma biblioteca, uma sala de professores, uma diretoria e seis salas de aulas, funcionando no turno da manhã o Ensino Fundamental anos iniciais, e no turno da tarde o Ensino Fundamental anos finais, e no turno noite, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), possuindo 16 professores, um diretor e um coordenador pedagógico. Dos professores, 10 lecionam no Ensino Fundamental regular e 06 a Educação de Jovens e Adultos.

O presente trabalho foi uma pesquisa social descritiva de origem qualitativo-quantitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-la e analisá-las, tendo como recursos e técnicas de estatísticas porcentagens, média, moda, dentre outros, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Enquanto que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma

organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1999).

Foi realizada a aplicação de questionário, técnica de investigação constituída por um rol de perguntas apresentada por escrito a todos os professores da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra que trabalham na modalidade de Ensino Fundamental e EJA (Apêndice A). Porém, dos dezesseis professores apenas onze aceitaram participar da pesquisa, sendo sete do ensino fundamental e quatro da Educação De Jovens E Adultos.

O questionário foi dividido em duas partes, a primeira consistiu da identificação dos entrevistados e a segunda, informações a respeito da visão dos docentes, e das estratégias didáticas relacionadas aos temas da Educação Ambiental. A segunda parte foi composta por dez questões objetiva e subjetiva, sendo três questões objetivas e sete subjetiva.

Nos questionários continham o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foram assinados pelos professores, e neste tinha a cláusula de sigilo, na qual afirmava que as informações fornecidas são privadas, não sendo identificados em nenhum momento os sujeitos da pesquisa, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma (Anexo). Assim, os sujeitos da pesquisa foram identificados no texto por: professores, modalidade de ensino e número ordinal, por exemplo, *PROFESSOR EJA 1*, quando o informante estiver inserido no quadro de professores da Educação de Jovens e Adultos, e *PROFESSOR EF 1*, quando se referir ao professor do Ensino Fundamental.

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a análise dos dados. Os dados quantitativos foram analisados através da contagem e aplicação de percentual, sendo apresentado em forma de gráficos com o auxílio do programa *Microsoft Excel*. Enquanto que, os dados qualitativos foram analisados através de planilha para tabulação dos dados, observando a maior frequência de palavras-chaves. E transcrição integral de algumas respostas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação ambiental é um campo de conhecimento em formação, permeado por contradições e com um histórico que torna mais complexo o seu processo de assimilação, apresentando poucos profissionais capacitados para tratar das questões ambientais nas escolas.

Dentre os participantes da pesquisa temos como perfil sócio profissional, a maioria de professoras com idade entre 21 a 30 anos, sem filhos e em início de carreira, com 1 a 5 anos de profissão docente, sendo que a maioria dos professores entrevistados mora na zona urbana da cidade de Monsenhor Hipólito. Dos onze professores participantes da pesquisa 03 são formados em pedagogia, 02 em letras, 01 em geografia, 01 em educação física, 01 em matemática, 02 em história, 01 em biologia.

Segundo 85,7% dos informantes responderam que a Educação Ambiental:

“é uma forma de conscientizar as pessoas sobre o meio ambiente e as formas de preservação do meio em que vive” (PROFESSOR EF 1) ou que “a educação ambiental são conhecimentos envolvendo o meio ambiente e a conscientização da importância da mesma para a manutenção da vida no planeta” (PROFESSOR EJA 2). Outros ainda ressaltaram que “é uma disciplina dentro da escola que trabalha conteúdos relacionados ao meio ambiente.” (PROFESSOR EF 2).

Os docentes da presente pesquisa entendem de maneira reducionista o que seja educação ambiental, ou seja, de maneira simplista e pontual. Segundo Medina (1998), a Educação Ambiental pode ser definida como o processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Sabe-se que a EA é vista na educação brasileira como um tema transversal e interdisciplinar, não sendo uma disciplina e não faz parte da grade curricular no sistema de educação, porém, atualmente, vem sendo um instrumento importante na formação do aluno. Os temas transversais surgem de acordo com a realidade social e a incorporação na educação é justamente para criar uma visão do educando (BRASIL, 2000).

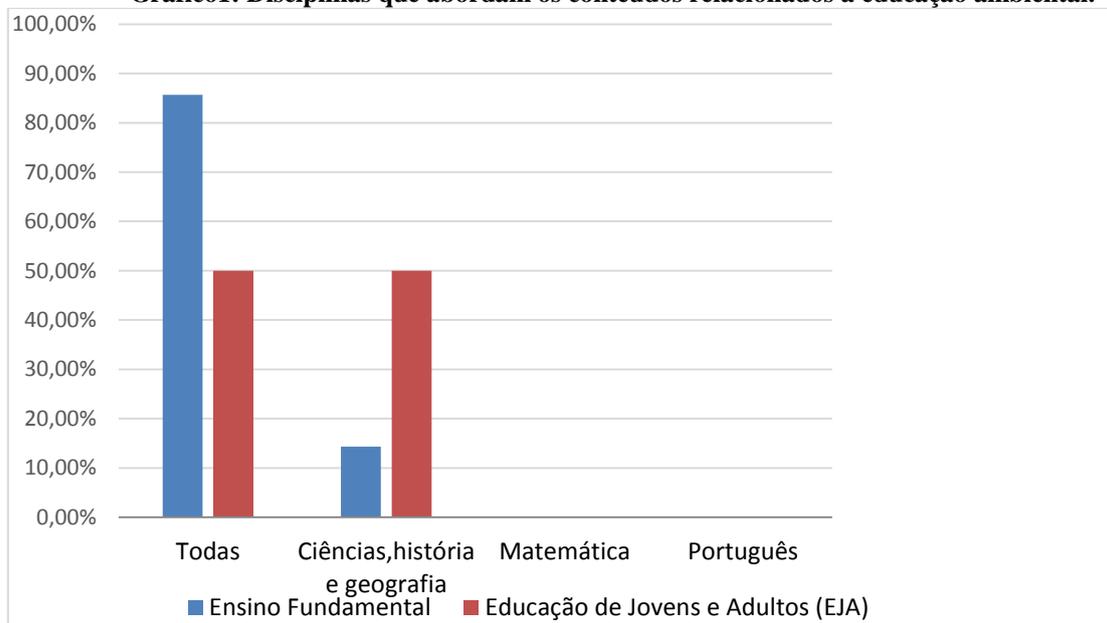
Entende-se por temas transversais a busca da transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade de modo que obtenha cidadãos mais participantes (BRASIL, 1998). E por interdisciplinaridade a forma que envolve a interação entre as disciplinas

do currículo entre si e com a realidade, e tem como objetivo a formação integral do homem, para que os mesmos possam exercer criticamente sua cidadania. Ele passará a ter “uma visão global do mundo e de si mesmo no mundo” (LÜCK, 2009, p.53).

A educação voltada para o meio ambiente, assim, seria entendida em sua total complexidade, diminuindo as contradições e unilateralidades, permitindo que os discentes atuem de maneira participativa, compreendendo criticamente a realidade.

Para a maioria dos docentes da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra (85,7%) acredita-se que a Educação Ambiental deva ser interdisciplinar, porém, uma pequena parcela dos professores dessa instituição (14,3%) ainda tem a visão tradicionalista, em que as questões ambientais só deveriam ser abordadas nas disciplinas de ciências, história e geografia (Gráfico 1).

Gráfico1: Disciplinas que abordam os conteúdos relacionados à educação ambiental.



Os docentes que marcaram a inclusão da EA em todas as disciplinas, a entendem como transversal, ou seja, que pode surgir como "intruso" em meio aos conteúdos tradicionais, bem como aqueles temas que deveriam ser preocupação de todos não serem de ninguém na prática, sendo ignorados na escola (GARCIA, 2000). Estes fatos são considerados característicos do processo, mas é preciso que os temas transversais passem a fazer parte do programa de ensino, a partir de uma elaboração conjunta envolvendo as diferentes disciplinas.

Vê-se que o corpo docente da unidade escolar em estudo está ciente da importância em trabalhar a Educação Ambiental a partir da interdisciplinaridade,

acreditando como um conhecimento pluridisciplinar, porém, na prática não exercem essa característica.

Assim, esse campo do conhecimento é um tema multidisciplinar e surgem variadas formas de pensamento como uma educação inovadora, é importante que o educador entenda que o fazer pedagógico da educação ambiental constitui um desafio para aqueles docentes com práticas pedagógicas tradicionais (CARVALHO, 2004; VIEIRA, 2011).

As práticas pedagógicas devem estar pautadas em resultar relevantes aprendizagens para o aluno, de modo que permita ao mesmo organizar perguntas, conseguir mediar comparações, situar confronto de ideias com os demais participantes da turma, se interessar por busca de novos instrumentos para informações, utilizando de diferentes situações de registros para conhecimento (BRASIL, 1998).

Quando questionados sobre os procedimentos didáticos que os professores da pesquisa utilizam quando abordam algum tema ambiental em suas aulas, 57,1% dos professores responderam que costumavam utilizar em suas aulas “*recursos áudio-visuais, cartazes e paródias*”, e 42,9% dos participantes responderam que utilizam “*slides, depoimento, atividades lúdicas e músicas*”.

A diversificação de atividades e de recursos didáticos contribui para motivar os estudantes, possibilitando atender as distintas necessidades e interesses dos alunos. A motivação é fundamental para que o estudante tenha uma aprendizagem significativa e, além disso, não há um único caminho que conduza com segurança à aprendizagem, pois são inúmeras as variáveis que se interpõem nesse processo. Assim, um pluralismo em nível de estratégias pode garantir maiores oportunidades para a construção do conhecimento, além de fornecer subsídios para que mais alunos encontrem as atividades que melhor os ajudem a compreender o tema estudado (SANMARTÍ, 2002; BUENO, 2003).

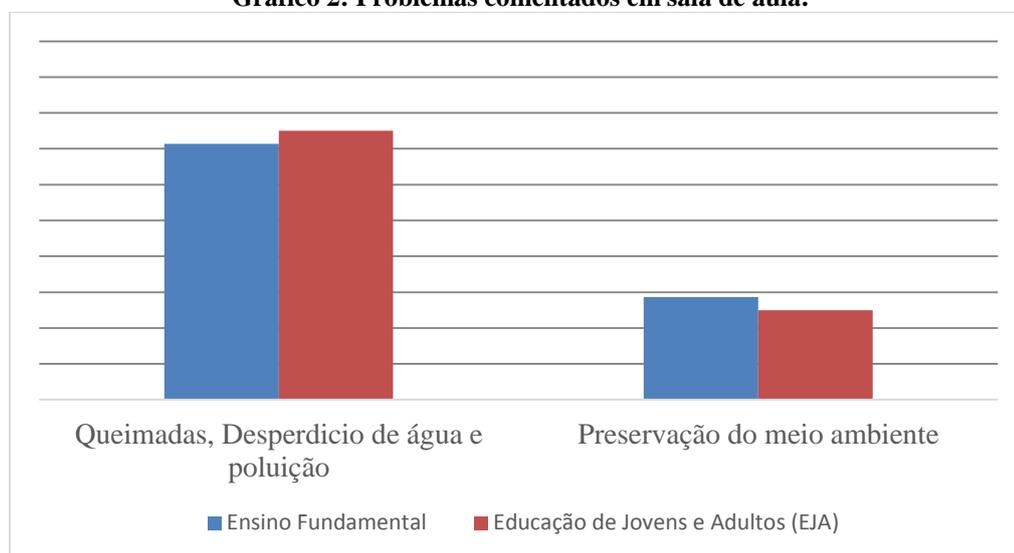
Para o desenvolvimento de um “sujeito ecológico” crítico e reflexivo, é necessário à mudança de atitudes e valores de todos os participantes da escola. As temáticas ambientais podem ser colocadas em práticas, buscando temas para discussão de problemas locais e mundiais, favorecendo a formação crítica e participativa dos discentes e, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Uma forma de se iniciar a abordagem da temática ambiental é pela aproximação do aluno aos problemas com os quais eles vivenciam, possibilitando o seu engajamento às diversas questões que surgem na vida contemporânea e o desenvolvimento de uma

postura crítica perante a sua realidade. Para Freire (1996), essa aproximação procura despertar o interesse do aluno através da problematização pertencente ao seu mundo, buscando desenvolver o pensamento crítico e criativo dos mesmos e facilitar o processo de aprendizagem.

Os professores da pesquisa entendem essa abordagem relacionando as aulas com os problemas ambientais locais como: as queimadas, o desperdício de água e a poluição (75% dos docentes). No entanto, alguns professores (28,6%), ainda não perceberam a importância da relação vivência cotidiana e a sala de aula, abordando *a preservação do meio ambiente como um todo*, sem ênfase a nenhum problema específico (Gráfico 2). Expondo os problemas ambientais de maneira geral sem levar em conta os encontrados na região.

Gráfico 2: Problemas comentados em sala de aula.



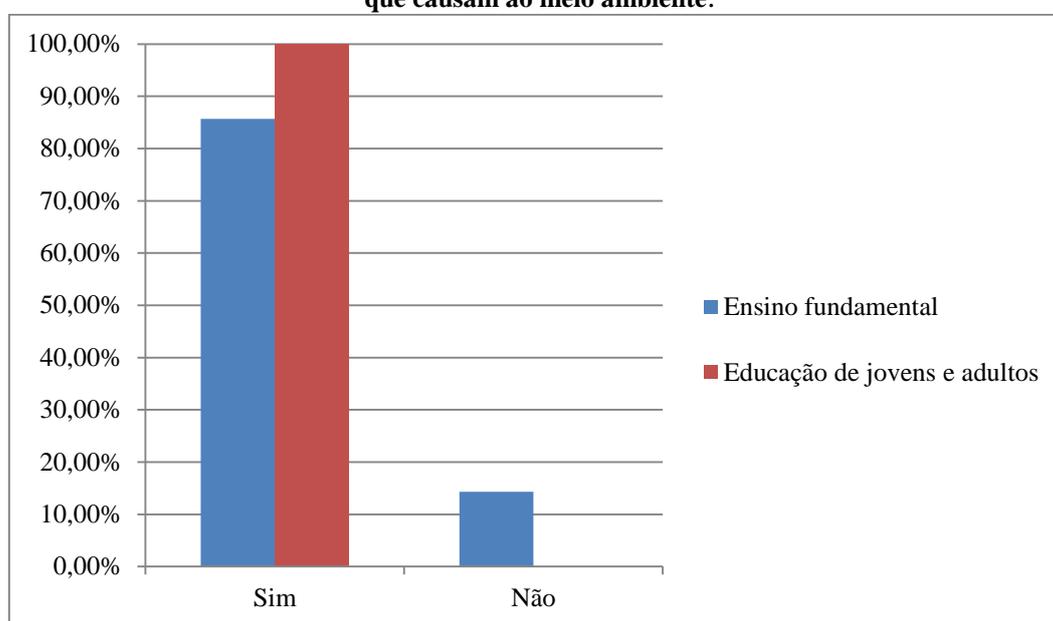
A escola está inserida no semiárido piauiense, desde modo, os problemas ambientais locais mais comuns na região são as: queimadas, falta de água, excesso de lixo nas ruas, poluição do solo pelos agrotóxicos e falta de saneamento básico. Se trabalhados esses temas na escola de maneira a sensibilizar e responsabilizar esses alunos, poderia diminuir esses impactos ambientais na comunidade, melhorando a qualidade de vida da população.

Devido ao surgimento de grandes dificuldades nas atividades de sensibilização e formação, tem-se tornado exaustiva as atividades na área de Educação Ambiental. Segundo Andrade (2000), fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de

treinamento, vontade da direção de efetuar um projeto ambiental, eficaz e permanente, que irá alterar a rotina na escola, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos à realização da Educação Ambiental transformadora e crítica.

Questiona-se aos docentes se os alunos apresentam algum conhecimento sobre os problemas e/ou impactos que causam direta ou indiretamente ao meio ambiente, segundo (85,7%) a professores do Ensino Fundamental respondeu que sim os alunos possuem conhecimento dos problemas e impactos que causam ao meio ambiente, apenas 14,3% dos docentes afirmaram que os alunos não apresentam conhecimento dos problemas que causam ao meio ambiente (Gráfico 3).

Gráfico 3: Conhecimento dos alunos da EJA e do Ensino Fundamental sobre os impactos que causam ao meio ambiente.



Percebe-se, com isso, que um trabalho pedagógico centrado na realidade de vida dos alunos, com prática e atividades de sensibilização podem diminuir os danos ao meio ambiente, favorecendo um mundo mais equilibrado, facilitando a compreensão e as inter-relações.

Segundo Fonseca (2009), o educador deve utilizar os recursos existentes na natureza como uma ferramenta para trabalhar e despertar aquilo que é desconhecido para uma criança, fazendo com que ela possa desenvolver um aprendizado do uso consciente, criando uma educação transformadora com objetivos de cuidar do meio ambiente. Toda criança possui uma curiosidade aliada à insegurança ou medo com relação ao desconhecido, portanto, é função do educador intervir, estimulando os alunos com exercícios que possam trabalhar essas sensações.

Enquanto que, segundo os professores da EJA, todos os alunos possuem conhecimento dos problemas e impactos que causam ao meio ambiente (Gráfico 3). Com isso, percebe-se a necessidade de se trabalhar a Educação Ambiental na EJA, tanto nos espaços formais como nos espaços não formais de educação pois em sua grande maioria dos alunos da educação de jovens e adultos pertencem a grupos ou classe sociais em situações de vulnerabilidade socioambiental decorrente dos riscos a que estão submetidos em função de preconceitos e/ou desigualdades econômicas na sociedade (LOUREIRO, 2004).

No caso específico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja clientela possui características diferentes, pois na sua maioria é formada por adultos trabalhadores que buscam integração social com expectativa de uma melhor qualidade de vida, além de jovens que provavelmente não tiveram êxito no ensino regular; observa-se, muitas vezes, uma desmotivação para aprendizagem, a qual se reflete num baixo entendimento dos conceitos aplicados nas aulas. Portanto, o educador precisa estabelecer uma comunicação entre o conceito científico e as experiências vividas pelo aluno, respeitando as suas condições culturais (FREITAS, 2010).

Corroborando com essa afirmação, a maioria dos professores da Unidade Escolar Ângelo de Maria Bezerra disseram ser mais difícil trabalhar e sensibilizar os alunos da EJA, devido já terem uma vivência maior. De acordo com o Professor 2 EJA, *“sim, pois todos já têm consciência do assunto, só falta colocar em prática”*.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases definiu que a Educação De Jovens E Adultos deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. É por isso que a Educação De Jovens E Adultos é também compreendida como educação contínua e permanente.

Quando indagados se era mais fácil sensibilizar uma criança ou um adulto com relação às boas práticas que se deve ter com o meio ambiente, todos os professores participantes da pesquisa tanto os do ensino fundamental como professores da Educação De Jovens E Adultos concordaram que é mais fácil sensibilizar uma criança segundo eles:

”tudo que é iniciado a prática na infância, torna-se mais fácil, pois são seres que estão formando opiniões e conhecimentos e criam as boas práticas a o longo da vida”. (PROFESSOR EF 4). Os professores da EJA concordaram afirmando que *“ no ensino fundamental é mais fácil modificar o pensamento*

de uma criança que está em formação do a de um adulto que já tem o pensamento formado” (PROFESSOR EJA 3)

A prática educativa será decisiva para aprendizagem do educando e na sua formação como sujeito crítico e consciente em relação a suas atitudes, seja ele criança, adolescente, jovem ou adulto. Esta formação ajudará a Educação Ambiental a realizar seu objetivo – construir o conhecimento de forma contextualizada levando à transformação, ajudando assim, na preservação do meio ambiente e na garantia da continuidade de vida no planeta (CARVALHO, 2008).

De acordo com esse autor não há diferenciação da prática educativa, quem define a aprendizagem tornando o educando um sujeito crítico e consciente com relação a suas atitudes é o professor que transforma o pensamento do aluno através do seu conhecimento ajudando assim na preservação da vida no nosso planeta.

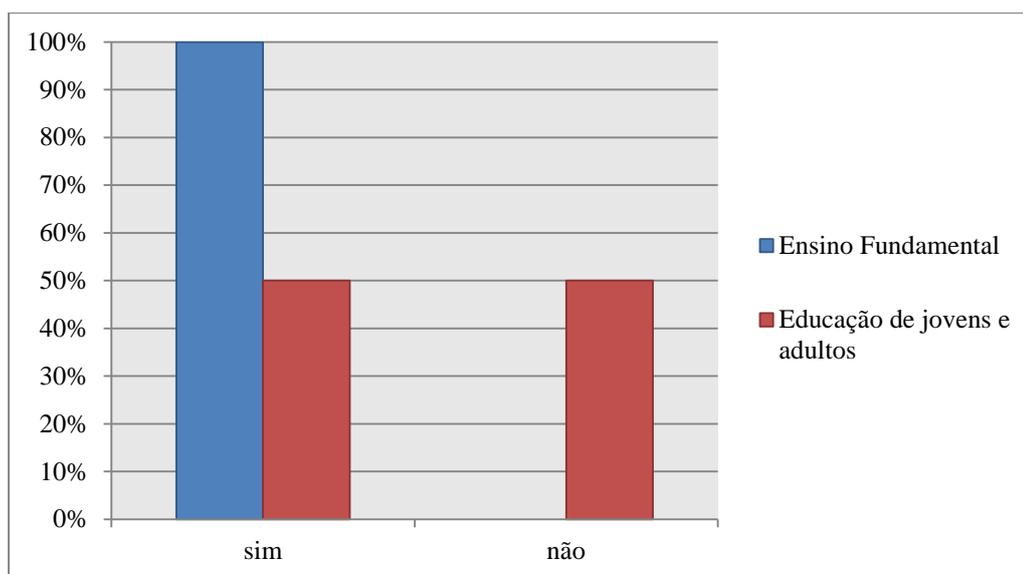
Segundo Piage; Inhelder (1968), as crianças estão em fase de grande aprendizado, sendo capazes de assimilarem o aprendizado que será base para a construção futura de seu desenvolvimento. No entanto, os jovens e adultos já tem um aprendizado da vida e tem sua personalidade formada, podendo saber distinguir o certo do errado, pode-se criar alternativas viáveis para se construir um mundo em equilíbrio natureza-homem.

Pode-se dizer que estes jovens e adultos trazem uma noção de mundo mais relacionada ao ver e ao fazer, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o ver desse aluno, deixando-o preparado para olhar. Aberto à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa. (BRASIL, 2006).

Quando questionados se escola onde trabalham tem alguma ação educativa para sensibilização sobre educação ambiental, a maioria dos professores responderam que sim. Havia ocorrido uma ação educativa há alguns anos na escola, uma Conferência de Educação Ambiental, na Semana Do Meio Ambiente, envolvendo toda a comunidade escolar (Gráfico 4).

Detectou-se, também no Gráfico 4, que 50% dos professores da EJA responderam que a escola não apresentava nenhuma ação educativa, devido a contratação de novos professores e a atividade ter ocorrido há certo tempo. Desde então, não se teve mais nenhuma atividade com a temática ambiental.

Gráfico 4: Ação educativa sobre a educação ambiental na escola



Diversos trabalhos no campo ambiental indicam que as práticas das atividades na Educação Ambiental, na maioria das escolas, seguem uma “pedagogia tradicional” ou comportamental, uma vez que são realizadas de modo pontual (datas ecológicas, palestras, etc.) e de forma fragmentada, conteudista, com pequeno envolvimento comunitário (GUERRA; GUIMARÃES, 2007).

Como diz Meirelles; Santos (2005, p.34):

A educação ambiental é uma atividade meio que não pode ser percebida como mero desenvolvimento de “brincadeiras” com crianças e promoção de eventos em datas comemorativas ao meio ambiente. Na verdade, as chamadas brincadeiras e os eventos são parte de um processo de construção de conhecimento que tem o objetivo de levar a uma mudança de atitude. O trabalho lúdico e reflexivo e dinâmico e respeita o saber anterior das pessoas envolvidas.

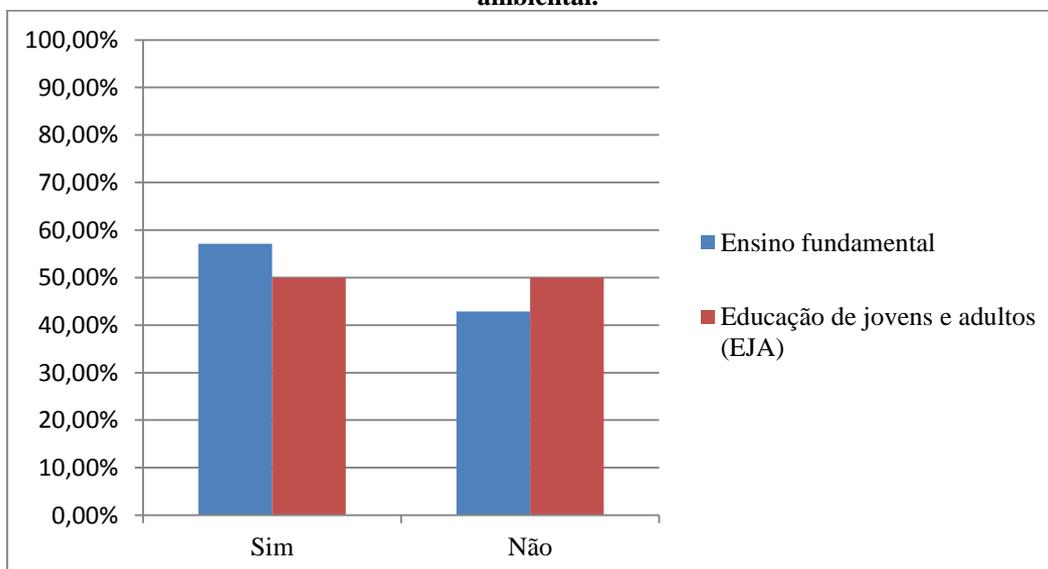
Um recurso de extrema importância como norteador da atividade didática para os docentes são os livros didáticos. O livro didático apoia o planejamento das atividades de ensino e fundamenta o seu desdobramento em aprendizagem, no processo pedagógico desenvolvido por professor e estudantes. Ao considerar que a incorporação da dimensão ambiental não deve ser implementada por meio de uma disciplina no currículo escolar, o livro didático surge, também, como um potencial promotor da interdisciplinaridade necessária para tratar de uma temática complexa, sobretudo quando vista da perspectiva de uma educação ambiental problematizadora, (CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2006; TOZONI-REIS, 2004; SORRENTINO ET AL., 2005; GUIMARÃES, 2004).

Segundo 57,1% professores do ensino fundamental, os livros didáticos adotados pela escola trazem atividades voltadas para o tema como: leituras de textos, sugestões de filmes e algumas atividades lúdicas; e 42,9% dos professores responderam que os

livros não trazem atividades sobre educação ambiental (Gráfico 5). Enquanto que, na Educação de Jovens e Adultos, metade dos professores responderam que sim, os livros didáticos adotados trazem atividades e as mais citadas foram sugestões de livros e leituras complementares e a outra metade disseram que os livros com que eles trabalham não trazem nenhuma atividade voltada para a temática abordada.

Na escola pesquisada os professores utilizam livros diferentes do ensino fundamental para o ensino de jovens e adultos, os livros do ensino fundamental são separados por disciplina como por exemplo o de ciências e geografia, etc, já na educação de jovens e adultos as disciplinas nos livros são distribuídas por etapas, que cada etapa corresponde a um semestre.

Gráfico 5: Livros didáticos possuem atividades complementares relacionadas com a temática ambiental.



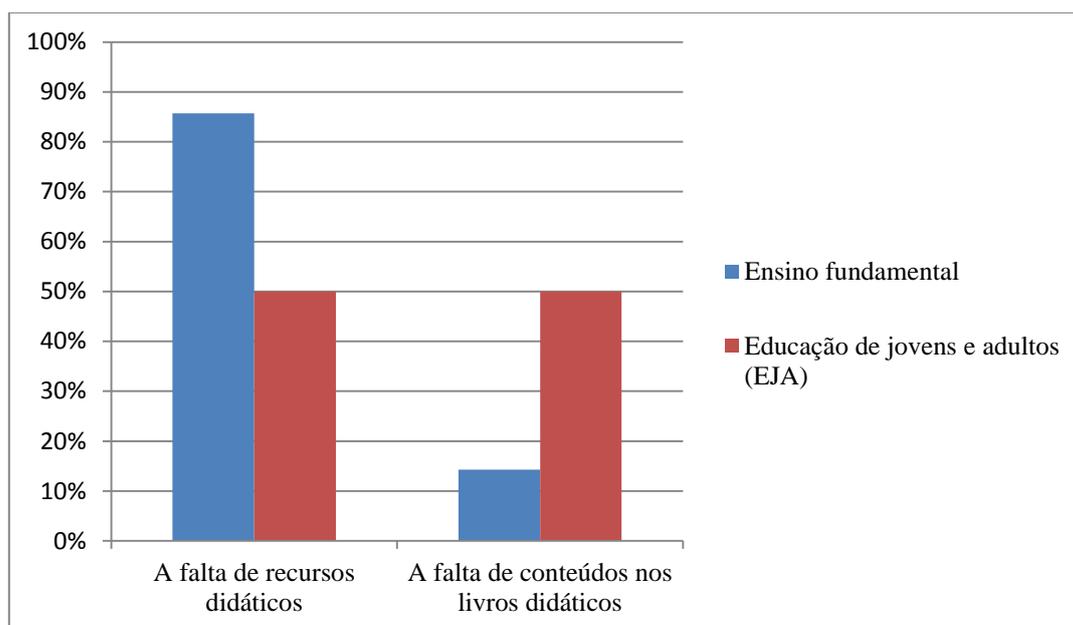
Analisando os livros didáticos adotados pela escola, pode-se perceber que a temática ambiental só está presente nos livros de ciências, geografia e às vezes nos livros de história, sendo que as outras disciplinas não abordam a educação ambiental.

O livro didático ainda trata de forma superficial as questões ambientais. Por exemplo, apontaram que aspectos bióticos, abióticos e culturais estão presentes nos livros didáticos, mas de forma desarticulada e desconexa entre os mesmos, o que ressalta a presença das questões ambientais nos livros didáticos, mas com limitações de qualidade (BEZERRA, 2003). Assim, os livros didáticos não utilizam os textos como um meio para se alcançarem transformações nas relações com o ambiente, mas que os conteúdos são uns fins em si mesmo, consagrando a transmissão de informações para sua memorização (MARFICA; LOGAREZZI, 2010). Corroborando com o presente trabalho.

Para Bigotto (2008), os educadores enfrentam várias dificuldades em esferas diferentes, quais sejam: falta de domínio, falta de interesse próprio, falta de materiais didáticos, pouco conhecimento da temática ambiental. Isto compromete a qualidade do aprendizado, não conseguindo se relacionar no meio político, social, econômico e cultural, essa conduta se dá não pela não valorização dos recursos que o homem possui no meio ambiente, mas pela maneira de se sustentar no meio de forma satisfatória e individual, sem se preocupar com o futuro.

Os sujeitos da pesquisa citaram como dificuldades enfrentadas para abordar as dimensões ambientais a falta de recursos didáticos e a falta de conteúdos com essa temática nos livros didáticos (Gráfico 6). Sendo que 85,7% dos professores disseram que a principal dificuldade encontrada em trabalhar esse tema é a falta de recursos didáticos e 14,3% responderam que é a falta de conteúdos relacionados a esse tema nos livros didáticos.

Gráfico 6: Dificuldades em trabalhar a educação ambiental na escola



Os professores do EJA avaliam a falta de sugestões de atividades complementares e de conteúdos relacionados nos livros didáticos um dos maiores problemas para abordar esse assunto. Corroborando com Marpica e Logarezzi (2010), existem muitas críticas negativas ao livro didático como uma ferramenta para a educação ambiental, por este recurso não abordar ou abordar de maneira tímida os conteúdos, e não os relacionar com as outras disciplinas, não exercendo a transversalidade.

É preocupante constatar que, ao abordar os problemas enfrentados para a inserção da educação ambiental nas escolas latino-americanas nas décadas de 70 e 80, González Gaudiano (1999), destaca aspectos semelhantes aos descritos na atualidade pelos professores entrevistados neste estudo, como a falta de conteúdos e a carência de recursos.

As práticas educativas em Educação Ambiental apelam basicamente para cursos e campanhas informativas restritas ao espaço escolar, explorando pouco as excursões, os trabalhos de campo e as situações cotidianas. A predominância do ouvir reforça obsoletas ideias, ou seja, aprende-se apenas ouvindo. Atualmente, as mais variadas linguagens são fundamentais no processo educativo, principalmente aquelas que permitem a interação e a experimentação (MEYER, 2001).

Como diz Prado (2003):

Na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, de pesquisar, e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações – que tem como centro do processo a atuação do professor –, para criar situações de aprendizagem cujo foco incide sobre as relações que se estabelecem nesse processo, cabendo ao professor realizar as mediações necessárias para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo, a partir das relações criadas nessas situações.

Diante de tantos obstáculos, pode-se inferir a melhor forma de trabalhar a Educação Ambiental na escola é desenvolver por meio de projetos eficaz e permanente, que integram os alunos e permitem que os mesmos exercitem sua criatividade e raciocínio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados, os professores participantes da pesquisa têm uma visão um pouco confusa do que é educação ambiental. Apesar de serem profissionais jovens, necessitam de uma formação continuada para que possam propiciar a os educandos uma compreensão mais crítica e globalizada do meio ambiente.

A conservação do meio ambiente tem sido um dos temas centrais e bastante preocupantes no mundo, pois o homem vem utilizando os recursos naturais de forma inadequada sem pensar muito nas consequências. Dessa forma, se faz necessária uma Educação Ambiental que sensibilize as pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter acesso a uma melhor qualidade de vida, tentando criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos naturais de forma correta.

Levando em consideração os resultados do estudo os professores acreditam que todas as disciplinas devem abordar a educação ambiental de uma forma interdisciplinar, mas na prática não exercem esta característica. Pois muitos desses professores têm dificuldade em trabalhar a temática ambiental, devido a falta de: ações educativas da escola, sugestões de atividades e, até mesmo, de conteúdos nos livros didáticos, e de uma formação continuada, sendo um problema comum às modalidades de ensino, não diferindo do Ensino Fundamental para a EJA.

Dessa forma, faz-se importante a escola incentivar atividades que promovam o conhecimento e discussão dos temas ambientais, mas não só para os alunos, como também para os professores. Entendendo, a Educação Ambiental como um campo em expansão e de suma importância para a qualidade de vida atual, é importante que todos os professores e a escola impulsionem as transformações, de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 4. 2000.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-15204.php>>.

BIZERRIL, M X. A; **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental**, Brasília, 2001.

_____. M X. A; **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental**, Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/CEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, v.03. 1998.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. (1999). Brasília: MEC/CEF 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília :MEC,2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos:segundo segmento do ensino fundamental: 5^a a 8^a**. Brasília: MEC/CEF, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Caderno Trabalhando com a educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2006

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CARVALHO, I. C. M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental** – Brasília: IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

_____, I. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____, I. C. M. **Os sentidos do ambiental**: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____, I.C.M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004

_____, I.C.M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, W. C. S. O. **O papel da difusão científica no processo da educação ambiental e no incremento da alfabetização científica: aspectos gerais de uma pesquisa**. In: COSTA, W. C. S. O. (Org.). Comunicação da ciência e educação ambiental: resultados do workshop internacional. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 19-32. 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992

_____, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 2. ed. São Paulo: Gaia, 400 p. 1993.

_____, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FOLLARI, R. **La interdisciplina en la educación ambiental**. Tópicos en Educación Ambiental, México, v. 1, n. 2, p. 27-35, 1999.

FONSECA, J. S. **A importância da abordagem da educação ambiental no ensino fundamental**. Monografia (Graduação em ciências biológicas) Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas. 2009.

FREIRE, Paulo. E. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, D. de; OLIVEIRA, H. T. de. Pesquisa em educação ambiental: um panorama de suas tendências metodológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 1, p. 1, 175-191, 2006.

FREITAS E . S; PEREIRA J. E. O. S. **educação ambiental no ensino de jovens e adultos**: um estudo de caso na Escola Estadual Manoel Novaes. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 24, 2010.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000. (série Brasil cidadão) Papyrus, 1996.

GARCIA, L. A. M. **A reforma do ensino básico entra na sala de aula**. Disponível em: <<http://www.universidadevirtual.br/ciencias>>. Acesso em 18 de Maio. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZÁLEZ GAUDIANO, E. Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe. **Tópicos en Educación Ambiental**, México, v. 1, n. 1, p. 9-26, 1999.

GOUGH, N. Repensar el sujeto: (de)construyendo la acción humana en la investigación en educación ambiental. **Tópicos en educación ambiental**, vol. 2, nº4, 2000.

GOULD, K. A. **Classe social, justiça ambiental e conflito político**. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

GUERRA, A. F; GUIMARÃES, M. Educação Ambiental no Contexto Escolar: Questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol.2, n.1. 2007. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/>> Acesso em: 13 junho 2015.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

IZUWA, M.; AUGUSTO, F. M. M.; ROMPALDI, G. L. **A inserção do enfoque ambiental no ensino formal de Goiás**. Brasília: Ibama, 34 p. (Série Meio Ambiente, 11). 1997.

JACOBI, P. “**Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**”. Cadernos de pesquisa, vol. 113, p. 189-205. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março, 2003,

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. Mexico: Siglo XXI/CEIIH-UNAM/PNUMA, 1998.

LEONARDI, M. L. A. **A Sociedade Global e a Questão Ambiental**. In: *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, G.C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil**. emergência, identidade e desafio. Campinas 2005.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em educação ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses**. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. **Educação Ambiental: um olhar sobre dissertações e teses.** Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 6, 25-56, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **Cidadania e meio ambiente.** Salvador, Centro de Recursos Ambientais da Bahia, 2003.

LOUREIRO, C.F. B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental.** In: Revista Brasileira de Educação Ambiental/REBEA, Brasília:Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 0, 2004.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos.** 16^a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

MARPICA, N. S.; LOGAREZZI, A. J.M. Um panorama das pesquisas sobre livro didático e educação ambiental. **Ciência & Educação (Bauru).** vol.16 no.1, 2010.

MEDINA, N. M . **Educação Ambiental para a sustentabilidade.** Anais do I Congresso Internacional de Educação do Colégio Coração de Jesus, Educar – uma perspectiva humanística. Florianópolis, junho, 1998.

MEGID, J. **O ensino de Ciências no Brasil: catálogo analítico de teses e dissertações (1972-1995).** Campinas, UNICAMP/CEDOC, 1998.

MEIRELLES, M. S; SANTOS, M. T. **Educação Ambiental uma Construção Participativa.** 2^a ed. São Paulo, 2005.

MEYER, M. **Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal.** Panorama da educação ambiental no ensino fundamental / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília :MEC ; SEF 2001. p 149.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. **Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação,** p. 4. 2007.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** In: XXII Reunião Anual da ANPED, 1999.

PIERRO.M.C MASAGÃO; JOIA.O; RIBEIRO.V.M .**Visões da educação de jovens e adultos no brasil ,**Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

PRADO, M.E.B.B. **Pedagogia de Projetos.** 2003. Disponível em <http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf>. Acesso em: 04de março de 2015.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortez.,167 p. 1999.

ROBOTTOM, I. The role of science in environmental education. In: COSTA, W. C. S. O. (Org.). **Comunicação da ciência e educação ambiental: resultados do workshop in- ternacional**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 45-50, 1998

SANSOLO, D. G.; MANZOCHI, L. H. **Educação, escola e o meio ambiente**. In: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; BRAGA, T. Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, p. 151-174. 199

SORRENTINO, M. “De Tbilisi a Tessaloniki, **a educação ambiental no Brasil**”. In: JACOBI, P. et alii (org.). Educação, meio ambiente e cidadania – reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1997.

SORRENTINO, M. et al. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2005.

VIEIRA, E. R. **Educação Ambiental e a questão do lixo em uma escola pública municipal de Juiz de Fora**: contribuições do projeto Rota Verde. Rio de Janeiro, 2011.

VIEZZER, M. L.; OVALLES, O. **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 192 p. 1995.

APÊNDICE

ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APÊNDICE A- Questionário

ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: A percepção ambiental dos docentes do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos em uma escola pública do sertão piauiense

Pesquisador(es) responsável(is): prof^ª: Me Laísa Maria de Rezende Castro, Discente Flaviane de Sousa Lima

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí

Telefone para contato(89) 81148661

Local da coleta de dados: Unidade Escolar Ângelo de Maria Bezerra

Prezado(a) Senhor(a): Professores

•Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito

Objetivo do estudo: Analisar a percepção dos docentes da Unidade Escolar Municipal Ângelo de Maria Bezerra sobre as temáticas da Educação Ambiental e as estratégias didáticas utilizadas para abordar esses temas

Procedimentos: preenchimento do questionário.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, auxiliando nas práticas pedagógicas na área de educação ambiental.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Local e data

Assinatura

Pesquisador responsável

APÊNDICE B- Questionário**IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES**

- Sexo: () Feminino () Masculino
- Idade: () abaixo de 20anos () de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () acima de 40 anos
- Tem filhos: () sim () não quantos: _____
- Mora em Mosenhor Hipólito: () rural () urbana
- MODALIDADE DE ENSINO QUE TRABALHA: () Ensino Fundamental () EJA
- QUANTO TEMPO DE SALA DE AULA?
() 1 a 5anos () 6 a 9 anos () 10 a 15 anos () 16 a 19anos () acima de 20 anos
- QUAL A FORMAÇÃO ACADEMICA?

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: ENSINO FUNDAMENTAL E EJA

1. Para você, o que é Educação Ambiental?

2. Em sua opinião, quais disciplinas deveriam abordar os conteúdos relacionados a educação ambiental?

() Ciências () Geografia () História () Português () Matemática () Todas

3. Quais os problemas ambientais locais que você comenta em suas aulas?

4. A sua escola tem alguma ação educativa para conscientização sobre educação ambiental? () Sim () Não

Qual? _____

5. Quais procedimentos didáticos você utiliza quando vai tratar de algum tema da área educação ambiental?

6. Os livros didáticos trazem alguma atividade complementar relacionado com algum tema da Educação Ambiental? Se sim, qual atividade?

7. Quais as principais dificuldades em trabalhar os temas da educação ambiental na escola?

8. Os alunos possuem conhecimentos sobre os problemas e/ou impactos que causam direta ou indiretamente ao meio ambiente? ()sim () não

Se sim, Quais os impactos citados por eles?

9. Segundo a sua experiência docente, é mais fácil trabalhar os temas da educação ambiental (lixo, poluição, saneamento básico, dentre outros) no ensino fundamental ou na EJA? Por quê?

10. Ainda segundo a sua experiência docente, é mais fácil sensibilizar (conscientizar) uma criança ou um adulto com relação as boas práticas que se deve ter com o meio ambiente? Por quê?



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Flaviane de Sousa Lima,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Percepção Ambiental dos docentes do ensino Fundamen-
tal e da Educação de Jovens e Adultos em uma Escola Públi-
ca do Sertão Piauiense
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 20 de Abril de 2016.

Flaviane de Sousa Lima
Assinatura

Assinatura